

Território indígena: Akwê-Xerente resistência e reorganização social e territorial

Layanna Giordana Bernardo Lima

layanna@uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins - Brasil

Resumo

O Povo Indígena autodenominado Akwê-Xerente, que tem suas terras demarcadas na região central do estado do Tocantins-Brasil, buscam a sua existência material e cultural. Análise presente é oriunda da pesquisa de doutorado 2012-2016¹, que teve como objetivo o conhecimento do território dos Akwê-Xerente, e suas questões socioambientais. Os estudos realizados neste período acerca das questões socioambientais e das dinâmicas dialéticas e sociais destes indígenas no seu território e com as cidades do entorno, demonstraram que as fronteiras impostas pelo processo de colonização no Brasil e aquelas que perduram até os dias atuais nos colocam diante da questão indígena e de toda violência sofrida por esses povos, desde o momento dos primeiros contatos com os europeus. Estes fatos historicamente relacionados à questão agrária no Brasil, entretanto ampliarmos o nosso horizonte de pesquisa e estudo e a chamada questão indígena nos apresenta novos elementos, no que se referem à sua capacidade de recriação, de reorganização social e resistência. E que o papel primordial do Estado é defender os interesses da classe dominante sobre o conjunto da sociedade. Assim, a história de contato interétnico e a conquista do território dos Akwê-Xerente, marcadas por grandes conflitos com fazendeiros, grileiros e posseiros, nos possibilita contextualizar as realidades presentes, e as lutas de resistência deste povo Indígena, frente às constantes ameaças vinculadas as políticas públicas e principalmente ao modelo de desenvolvimento capitalista predominante no nosso País. As análises trazem os encaminhamentos de que os Akwê-Xerente estão em uma dinâmica de contradições sob o desafio da permanência da organização política e cultural, da língua entre os jovens indígenas e da sobrevivência econômica e social dentro e fora do seu território.

Palavras – Chave: Akwê-Xerente; Resistência; Território indígena.

1.Introdução

Os povos indígenas vivenciaram situações de engano, escravidão, massacres, doenças e conflitos a defenderem suas terras e seu modo de vida. Atualmente, continuam a sofrerem as pressões das interferências políticas, sociais e econômicas dentro e fora dos seus territórios. Aos povos indígenas por intermédios das lutas organizadas pelos movimentos sociais nos anos 70 e 80 que foi reconhecido no texto da constituição de 1988 dentre outros direitos sociais aos povos indígenas, o direito de “Originários”² sobre as terras que tradicionalmente ocupam, além da obrigações da União de demarcar as Terras Indígenas e de proteção da natureza que exista dentro do

¹ Lima, Layanna Giordana Bernardo Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais. / Layanna Giordana Bernardo Lima ; orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2016. 320 f.

² A constituição de 1988 foi o grande marco de reconhecimento aos direitos indígenas no parágrafo 1º do seu artigo 231 está a garantia do direito territorial dos indígenas. Direito Originários sobre as terras que ocupam.

território. Haja vista que até se chegar à aprovação da constituição de 1988 os povos indígenas passaram por longos períodos de intervenções do estado nacional tinha o intuito de "civiliza-los", "catequizá-los" e de principalmente tomar posse de suas terras.

Os Akwê-Xerente, que vivem no estado do Tocantins na região centro – oeste do Brasil tem a sua história de existência marcada por lutas e conflitos para o reconhecimento do seu território. Aqui, sem alongar-se em descrever todos os fatos políticos e eventos históricos dessa população indígena, mas de trazer para a discussão presente parte dos dados da pesquisa de Lima (2016), que demonstram a dinâmica de reorganização social, territorial, cultural e de resistência dos Akwê-Xerente em um estado que assim como muitos outros no Brasil predominam agricultura e a pecuária em grandes espaços de terras com bases nas diretrizes econômicas do agronegócio, que consistem em uma ameaça constante aos territórios de indígenas, quilombolas e populações do campo para o desenvolvimento da agricultura capitalista no país.

2. Breve relato do Estado do Tocantins

O Estado do Tocantins, com 30 anos de sua criação tem um histórico marcado por intensas lutas de resistência desde ocupação do norte goiano que sua população buscava a emancipação política e melhores condições de vida para os que viviam isolados e assim longe da capital administrativa do estado do Goiás e sem muita atenção do poder público, os que residiam no norte goiano não tinham acessos aos atendimentos de serviços de educação, saúde, estradas, saneamento básico, segurança em outros. No contexto atual as populações do campo, indígenas e quilombolas continuam a luta de resistência em defesa dos seus territórios e melhores condições de vida. A característica do estado principal é de uma agricultura capitalista e o cultivo de monoculturas em grande extensão de terras.

O estado possui uma população de 1.383.445 habitantes (Censo-IBGE, 2010) com uma área de 277.720,520 km², divididos em 139 municípios sendo a sua capital a cidade de Palmas, suas maiores cidades junto com a capital, são Araguaína, Paraíso e Gurupi. O estado Tocantins integra a região da Amazônia Ocidental, e tem como limites de fronteira os estados: Maranhão a nordeste, Piauí a leste, Bahia a sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e Pará a noroeste. A população indígena do estado está representada nos dados oficiais pelos os povos indígenas, Javaé, Karajá, Xambioá

Karajá, Ava-Canoeiro, Krâho Canela, Krahô, Apinajé, Akwẽ-Xerente, Quadro 1.

Quadro 1: Povos indígenas do Tocantins

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Apinayé	Apinayé	TO	Cachoeirinha, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins, Tocantinópolis	141.904,21	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Funil	Xerente	TO	Tocantínia	15.703,80	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Inawebhona	Javaé, Karaja	TO	Pium, Lagoa da Confusão	377.113,57	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Javaé/Ava Canoeiro (Canoanã)	Javaé	TO	Formoso do Araguaia, Sandolândia	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Krahó-Kanela	Krahô-Kanela	TO	Lagoa da Confusão	7.612,77	Regularizada	Reserva Indígena
Kraolandia	Krahô	TO	Itacajá Goiantins	302.533,40	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Maranduba	Karajá	PA/TO	Araguacema, Santa Maria das Barreiras	375.1538	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Parque do Araguaia	Ava-Canoeiro, Javaé, Karajá e Tapirapé	TO	Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium	1.358.499,48	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Taego ãwa	Ava-Canoeiro	TO	Formoso do Araguaia	28.510,00	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna	Karajá, Javaé	TO	Pium	177.466,00	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Xambioá	Guaraní, Karaja	TO	Santa Fé do Araguaia	3.326,35	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Xerente	Xerente	TO	Tocantínia	167.542,11	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Dados da FUNAI

A luta dos povos indígenas e dos movimentos sociais pela aprovação da nova constituição federal de 1988.

Nos anos 70 movimentos e entidades que não aceitavam as políticas indigenistas assumidas pelo governo. E, assim também, nasceram as entidades de apoio aos índios algumas formadas por cientistas sociais, missionários, lideranças sociais e indígenas que discordavam das propostas do governo que eles chamavam de as tramas anti indígenas. Muitas comissões foram formadas como a União das Nações Indígenas – UNI, representada pelos indígenas em busca de autonomia dos povos indígenas decidirem por eles mesmos o seu futuro e destino.

Em síntese após muitas discussões e reivindicações de movimentos sociais nacionais e internacionais da sociedade civil, sobre o reconhecimento do direito dos indígenas, o texto nova constituição de 1988 reconheceu o direito as terras e a demais direitos sociais, assim superada a ideia de “integração de índios”. É neste processo histórico de lutas e de resistências que relaciona-se os a história de mais de 250 anos de contato dos povos indígenas do antigo norte goiano (atualmente estado do Tocantins), em destaque nesse texto o estudo do modo de vida dos Akwê-Xerente. Povo que vem resistindo e reorganizado seu modo de vida dentro e fora do território tendo como objetivo central a perpetuação da língua nativa, identidade cultural, a vivência e proteção do seu território.

Assim como os demais povos indígenas os Akwê-Xerente passaram pelas as mudanças de técnicas agrícolas desde enxada até o trator da roça mecanizada. Mudanças evidenciadas nas falas dos indígenas relatadas na pesquisa *“Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais”*, que modificaram as relações sociais e na sua política de organização cultural. Estiveram lutando e participação junto as demais populações indígenas nos movimentos sociais antes e durante aprovação da constituição de 1988. Aprovação dos direitos sociais, o fim da tutela, e da ideia de integração e de assimilação à sociedade brasileira foi uma vitória coletiva, entretanto os povos indígenas continuam convivendo com as oscilações das leis e das políticas públicas e partidárias do país.

As sociedades indígenas tornaram-se sujeitos da luta pelos direitos à perpetuação de sua cultura e de serem respeitados em seu modo de vida. Entretanto, a conjuntura atual da política do Brasil tem ameaçado esses direitos conquistados, a exemplo dos

projetos de leis e emendas parlamentares que trazem propostas devastadoras aos direitos indígenas, principalmente no que diz respeito aos seus territórios.

Ao tratar a respeito das “guerras justas” do séc. XIX que capturavam e escravizavam os índios em seu livro *Fronteira* José de Souza Martins (2012) afirma que as pressões das fronteiras e ameaças aos indígenas foram “cessadas formalmente” no século XX, pois para ele a caça aos índios ganhou uma nova dimensão, autor afirmar que é muito mais grave que anterior e está relacionada:

(...) a Genocida limpeza de áreas cobiçadas e invadidas pelos brancos para abertura de novas fazendas. O que tem estado em jogo é a conversão dos territórios indígenas em terras destinadas à agricultura ou à pecuária e, sobretudo, à produção de renda territorial. (MARTINS, 2012.p.36)

A análise de Martins (2012) torna-se pertinente e atual, pois os indígenas vivenciam neste século o descumprimento do que foi garantido na constituição de 1988, a ameaça se materializa no contexto político presente, as construções de empreendimentos no território indígena são aprovadas sem consulta a população indígena. Existem propostas de emendas parlamentar que estão em pautas nas discussões no Congresso Nacional Brasileiro como o Projeto de Emenda à Constituição 215, e o Projeto de Lei Complementar 227. A PEC 215 é uma proposta que tem como objetivo levar ao Legislativo a aprovação de demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. E o PLP 227 tem como intuito modificar o Parágrafo 6 do Art. 231 da CF:88 que autoriza que havendo interesse econômicos sobre terra indígena, está caracterizado como interesse público.

Na crise política que o Brasil vem vivenciando não é estranho que os interesses políticos e pessoais de alguns dos nossos representantes e principalmente pela Bancada Ruralista venham ser realizados ameaçando populações indígenas e quilombolas.

Os Akwê-Xerente

Os indígenas da etnia Akwê-Xerente, estão localizados a 70 km da capital do estado do Tocantins “Palmas”. Vive a leste do Rio Tocantins, e estão em duas Terras Indígenas: Terra Indígena Xerente denominada “Área Grande”, com superfície total de 167.542.1058 ha, que foi identificada oficialmente pela Funai como área ocupada pelos Akwê-Xerente em 1972; e, a Terra Funil com superfície de 15.703.7974 ha, identificada

oficialmente ocupada pelos indígenas em 1982 à margem direita do rio Tocantins, onde está localizada a cidade de Tocantínia.

Os Akwê-Xerente, autodenominados Akwê, são do tronco linguístico Macro-Jê, da família Jê, e sua língua falada é *Akwê*. Estes indígenas são conhecidos como o povo das metades, pela sua organização social em duas metades de elementos da natureza: *Wahirê* e *Doí*. É uma sociedade patrilinear, pois culturalmente as crianças pertencem à família do pai, sendo o tio uma figura de importância entre eles.

De acordo com os estudos de Agenor José T. Farias (1990) e Luís Roberto de Paula (2000) indicam que no passado houve momentos de risco de existência do povo Akwê-Xerente. E na pesquisa de doutorado finalizada em 2016 foi possível comparar os dados históricos populacionais de diferentes períodos como pode-se visualizar na figura abaixo:

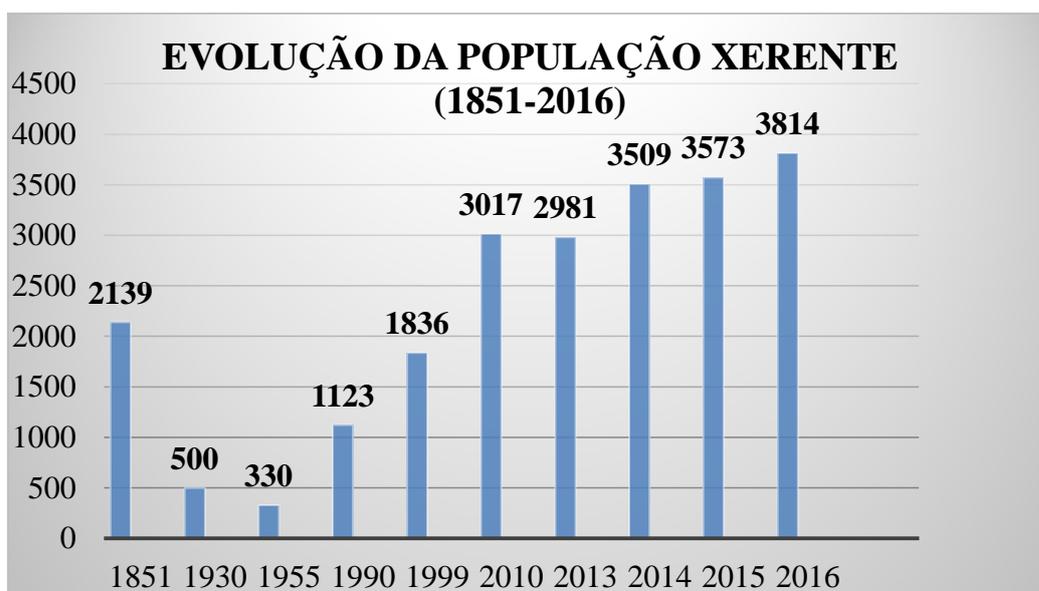


Gráfico 1: Histórico estatístico da população Akwê-Xerente

Fonte: Diagnóstico Etnoambiental e Pesquisa do Pantanal, Amazônia e Cerrado – GERA/UFMT de 2000, e dados do DISEI-TO, organizado pela pesquisadora, outubro de 2016.

O gráfico demonstra que entre 1930 a 1955 este povo indígena estava em risco social, e em dificuldades de sobrevivências, tendo em vista que viviam em intensos conflitos com os posseiros e fazendeiros da região, e eram acometidos por doenças contagiosas. Na década de 70 que inicia o processo de legalização do território indígena Akwê-Xerente, demarcação já motivada pelas mudanças oriundas das mobilizações sociais e nacionais em prol de reconhecimento do direito ao território imemorial das populações indígenas.

Os dados da pesquisa Lima (2016) consta que os Akwẽ-Xerente possuem uma população geral de 3814 mil indígenas³ vivendo dentro e fora do território (cidade de Tocantínia)⁹, no território possuem aproximadamente 74 aldeias. Dentro do território os indígenas de maneira geral fazem trabalhos manuais de artesanatos de capim-dourado, roças de toco, e outros serviços braçais. A fonte de renda monetária principal é oriunda de aposentarias e pensões, Bolsa Família, serviços públicos estaduais, federais e municipais. (professores indígenas, agentes de saúde e saneamento).

As dificuldades encontradas para sobrevivência no território relatadas por pelos os indígenas estão diretamente relacionado às intensas interferências de políticas de desenvolvimento econômico baseado em políticas públicas engessadas (colonizadoras), construções de empreendimentos e de projetos de agricultura capitalistas incentivadas e apoiada pelo governo do estado do Tocantins.

Essas interferências constituiu a dialética das contradições que no passado e no presente geram conflitos e ameaças a existência material e cultural dos indígenas. Desse modo foi citado pelos indígenas em conversas/entrevistas feitas ao longo das visitas nas 74 aldeias no período de 2015-2016, que as mudanças no modo de vida deles tiveram suas causas nos acontecimentos abaixo descritos;

- a) Demarcação do território (limite para a caça);
- b) Criação do estado do Tocantins (elaborações de políticas públicas sem a valorização do modo de vida tradicional dos indígenas como instalações de escola na perspectiva da colonização, projetos agrícolas dentre outras políticas);
- c) Empregos públicos;
- d) Construção de uma ponte sobre o Rio Sono (os indígenas lutaram contra, resistiram e a obra foi parada);
- e) Construção da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (no Rio Tocantins impactando o plantio das roças, e a pescaria);
- f) Projeto de compensação ambiental – PROCAMBIX (ampliação de projetos agrícolas e de criação de animais)
- g) Projetos Agrícolas na divisa do território;
- h) Proposta do Matopiba.

³ Dados DISEI-TO, 2016.

Os indígenas demonstram uma postura crítica quando sinalizam que a demarcação da terra no final da década de 70 trouxe a eles a garantia ao território, segurança e diminuição de conflitos com mortes. Todavia, não deixam de questionar a limitação das suas atividades de pesca e de caça, que a demarcação trouxe. Assim, como os empregos que hoje retiram deles o tempo que antes era dedicado ao trabalho braçal nas roças e o dinheiro que precisam para comprar roupa, comida e outras demandas que a relação social dentro e fora do território trouxe como necessidades atuais.

Os problemas ambientais relatados pelos indígenas são a confirmação do processo de desenvolvimento territorial desigual, que não respeita o ser humano, mas apenas a lógica do lucro e do capital econômico. Quando, perguntados quais os problemas socioambientais que existem dentro do território, foram sempre sinceros em dizer que não tinha mais como voltar ao passado e viver como os antigos, e relatou a preocupação com os problemas ambientais alguns provocados por eles mesmos e outros pelos não indígenas, que aponta mais uma vez a compreensão crítica que os mesmos possuem de avaliarem as contradições das relações sociais entre eles próprios e a natureza. O gráfico 2, apresenta os problemas a percentagem citada pelos indígenas dentro do território.

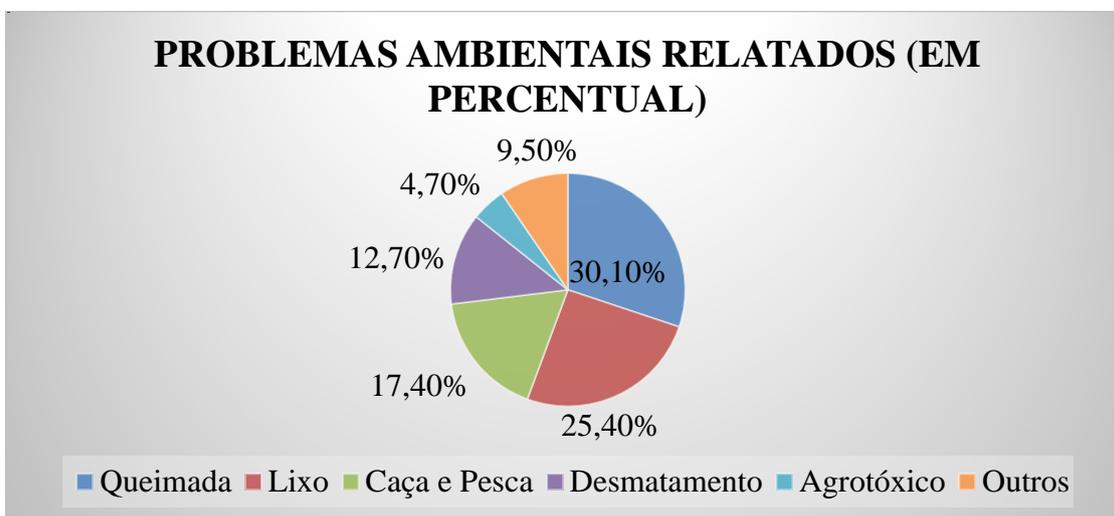


Gráfico 2. Problemas ambientais apresentados pelos indígenas
Fonte: Dados da pesquisa, LIMA, 2016.

Os problemas socioambientais dentro do Território relatados pelos Akwê-Xerente que são causados por eles mesmos foram :

1. Queimada sem controle;
2. Desmatamento;

3. Venda ilegal de madeira;
4. Queimada em época de frutificação do cerrado (prejudica a caça)
5. Lixo;
6. Queima do lixo.

Os problemas socioambientais dentro do território provocados pelo não indígena relatados pelos Akwê-Xerente foram:

1. Invasão ao território indígena (para caçar e pesca);
2. Construção da Hidrelétrica (prejudicou a vazante, e a pesca);
3. Projetos agrícolas que utilizam os córregos da divisa do território para irrigação;
4. Desmatamento das matas ciliares dos rios;
5. Uso de agrotóxicos nas plantações dos projetos que atingem as aldeias das divisas (aviões borrifando as plantações);
6. Invasão das criações nas plantações dos indígenas
7. A busca pela compra pela madeira.

O território dos Akwê-Xerente está rodeado de projetos agrícolas e de pequenas e grandes propriedades de terra. É evidente que a incorporação de grandes latifúndios em regiões carentes de serviços públicos de qualidade para população, apenas confirma o desenvolvimento desigual e injusto produzido pela lógica capitalista. Em suma, as populações ditas tradicionais possuem “[...] perfeita consciência dos obstáculos que lhes ameaçam a continuidade, que limitam a capacidade de reprodução [...] de um lado e, de outro lado, o jogo das forças de transformação operando em seu seio e no campo de suas relações exteriores [...]” (BALADIER, 1976, p. 35).

Os povos indígenas possuem uma forte relação simbólica com o mundo e com a natureza e não interpretam o mundo a partir da nossa lógica. Os Akwê-Xerente conseguem articular aspectos da vida que fragmentamos como, por exemplo, natureza, trabalho e cultura. A ideia defendida neste estudo, não é de negação da cultura indígena, mas que os processos de mudanças vividas pelos Akwê-Xerente em relação ao trabalho, educação, e produção de alimento demonstram uma reorganização social mediada pelos conflitos e pelas contradições das relações sociais no território e fora dele. Em relação às mudanças vivenciadas por eles uma liderança indígena explicou de forma consciente e crítica que:

Lógico que a gente hoje tenta e procura plantar, mas não é igual, essa barragem acabou com o povo. A muito tempo atrás eu trabalhei com meu pai na vazante, desde criança até eu ter a minha família, eu casei,

eu ajudei ele na vazante na roça. Melancia, feijão arroz mandioca. [...] Exatamente, meu pai sempre buscou, 8 filhos dele, todos trabalharam. Todos sabem trabalhar e sabem da importância da natureza, por isso que tenho esse sentimento muito forte com a natureza, porque a gente plantava para produzir, para a subsistência.

[...] o café a gente não tem como plantar, açúcar tem como a gente inventar, sabão também tem como, mas tem coisa que não tem como igual o sal, a gente transforma o produto plantado e compramos aquilo que necessita como, por exemplo, a roupa.

[...] ao uns 20 a 30 anos, na verdade isso não parou, a outra cultura é que faz com que nós ficamos cegos e ter a sensação que aquilo não existe mais, mas existe sim. A minha cultura permanece da forma que está, da forma que Deus nos deixou, mas algumas coisas que ela misturou e aí a gente não percebe. Principalmente através da mídia o que faz com que a cabeça, se alguém chegar aqui e tentar me convencer, se no momento não me convenceu, mas em outra oportunidade eu posso virar.

Exatamente. É igual a este vento, eu dizer para vento, vai parar de ventar? Não vai. Algumas coisas têm que impedir e limitar isso. E a gente trabalhar a mente a consciência da nova geração, porque essa geração antiga e essa geração que está bem infectada, cabeça da nova geração [...] Então o que é que trouxe ,música, estilos de roupas diferentes, até o modo de corte de cabelo, jeito de se expressar misturando a língua. [...] Fala português assim, é uma coisa que eu uso, mas eu falo português não é porque eu quero eu tive muita dificuldade para poder aprender, eu aprendi depois dos 12 anos, e foi na escola não foi falando não, então é uma necessidade, para não ser passado para traz.

[...] procuro manter o que eu aprendi com meu pai, mais emprego também acaba nos escravizando porque uma coisa assim que toma o tempo da gente, hoje eu percebo eu tenho 10 anos na educação de antes eu tinha total liberdade, eu sair para pescar, para ver alguém para coletar frutas e hoje eu sou limitado. O meu tempo que era para ser dedicado na roça, na plantação na vazante, eu acabo dando um tempo pra escola. Então os que são desempregados ainda mantêm essa cultura plantando, trabalhando, colhendo, vendendo. A forma de comercialização mudou um pouco. Como trabalho e não tenho muito tempo, aquele trabalho me procura e se eu quiser comprar alguma coisa eu compro. Não mais diretamente para a cidade, então essa renda já vai circular aqui.

O dinheiro é uma coisa que é novidade para gente, porque dinheiro não é da nossa cultura, é uma coisa que por mais que eu faça um curso como controlar sempre vai ter uma coisa que não vai ficar certinho. (Professor, novembro de 2014)

Meu avô quando era vivo contava para gente que antes eles não ganhavam dinheiro eles faziam trocas. Rachavam lenha e levavam para rua e trocavam por alguma coisa por sal, porque comida não era tanto, porque tinha muito no mato que era caça. [...] Agora a maioria ganha dinheiro por meio no trabalho braçal nas fazendas e nas aldeias para os próprios parentes. [...] Eu nunca vi índio rico aqui não! O dinheiro para família indígena maior parte vai para alimentação sobrevivência (Professor indígena, dezembro de 2016)

Considerações Finais

As análises das questões socioambientais do território dos Akwê-Xerente têm aberto outras, pois o conhecimento da realidade vivenciada demonstrou que os sujeitos da pesquisa

estão em um processo latente de reorganização política e cultural. Algo que pode ser evidenciado nos desdobramentos das formações das aldeias e na organização do trabalho, das políticas de educação e saúde. E, principalmente, quando trazem novas dinâmicas para a vida dos indígenas, como o trabalho assalariado, o pagamento nas aldeias da força de trabalho, e as demais mudanças oriundas do uso do dinheiro e consumo.

O território dos Akwẽ-Xerente é o exemplo das lutas de homens mediados pela contradição. É neste contexto que se encontram os traços da intervenção e da influência das políticas indigenistas e dos projetos de desenvolvimento agrícola, bem como as ressignificações e resistências empreendidas por esta população contra a exclusão social e a pobreza. Atualmente a realidade traz uma nova reorganização, os povos indígenas pós-constituição de 1988 são ativos e participam dos conselhos, ONGs, e associações. E mesmo com as dificuldades, buscam a abertura para o fortalecimento deste diálogo e de respeito à diversidade cultural desses povos.

Referências Bibliográficas

- ARBEX JR. José. “Terra sem povo”, crime sem castigo pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, Maurício org. Amazônia revelada os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPQ, 2005.
- BALADIER, Georges. As dinâmicas sociais: sentido e poder. Tradução Gisela Stock e Hélio de Souza. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998.
- CHAIM, Mariovone Matos. Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749 – 1811). 2 ed. rev. São Paulo: Nobel, Brasília; INL, Fundação Nacional Pró – Memória, 1983.
- DAVIS, H. Shelton. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Tradução Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- DE PAULA, Luís Roberto. A dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sociopolíticos nacionais e internacionais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- FARIAS, Agenor José T.P. Fluxos sociais Xerente: organização social e dinâmica das relações entre aldeias. Tese (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- GALLOIS, Domini Tilkin. Terras ocupadas? Território? Territorialidades?. In: Fany Ricardo. (Org). Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, v p.37 – 41.
- GUIMARÃES, Susana Martelletti Guimarães. A aquisição da escrita e diversidade cultural: a prática de professores Xerente. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002.
- LIMA, Layanna Giordana Bernardo. Os Akwẽ-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais; orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. – São Paulo, 2016. 320
- MARTINS, José de Sousa. Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano. 2ª ed. Reimpressão. São Paulo; Contexto, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). 5 ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010 (Caminhos da geografia)

_____. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício org. Amazônia revelada os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPQ, 2005.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Trad. Maria Cecília Franca. Trad. Rev Rosemarie Zenith de Oliveira. São Paulo: Ática, 2011.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil. São Paulo; Companhia das letras, 2006.

_____. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

VALADÃO, Virgínia Marcos e AZANHA, Gilberto. Senhores destas terras: os povos indígenas no Brasil da colônia aos nossos dias. Coord. Maria Helena Simões Paes e Marly Rodrigues. São Paulo: Atual, 1991. (História em documentos